



SÚMULA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA HÍBRIDA *Rede Nacional Primeira Infância – RNPI* *04 e 05 de dezembro de 2024*

Apresentação

A presente Súmula sistematiza os principais temas, debates, apresentações, deliberações, encaminhamentos e registros da Assembleia Geral Ordinária Híbrida da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), realizada em Recife, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2024, com participação presencial e virtual. O documento foi elaborado a partir das gravações do evento com o total de 18 horas realizadas através do google meet, buscando preservar a organização temática e o sentido das manifestações registradas.

A Assembleia Geral da RNPI foi marcada pelo encerramento de um ciclo de gestão da Secretaria Executiva, pela discussão sobre o futuro da governança da Rede, pela apresentação das ações das Comissões Temáticas e das Redes Estaduais de Primeira Infância (REPIs), pela apreciação de relatórios de gestão e pela realização de processos eleitorais internos.

A programação também contemplou momentos de reconhecimento e homenagem a instituições e pessoas parceiras da Rede, além da apresentação de iniciativas relacionadas às políticas públicas de primeira infância, incidência política, saúde, proteção, educação infantil, participação infantil, mudanças climáticas e fortalecimento das redes territoriais.

1. Abertura, acolhida e aprovação da programação

A abertura destacou o caráter histórico da Assembleia Geral da RNPI, especialmente por representar um momento de transição da Secretaria Executiva e de renovação do Grupo Diretivo. Foram registradas as presenças das organizações participantes, tanto presencialmente quanto por meio virtual, ressaltando-se a importância desse registro para a memória institucional e para a consolidação da história da Rede.

A programação foi submetida à apreciação das organizações participantes. Em razão de solicitação apresentada pelo Grupo Diretivo, foram discutidas alterações na pauta. Reafirmando o caráter democrático da RNPI, a programação foi aprovada com as alterações propostas.

Nas falas iniciais, ressaltou-se a trajetória da Rede Nacional Primeira Infância, sua atuação em defesa dos direitos das crianças pequenas e a



necessidade de manter uma incidência política capaz de conectar as decisões nacionais às realidades vivenciadas nos territórios.

2. Acolhida institucional e participação das autoridades

A Assembleia contou com manifestações de representantes de instituições parceiras e autoridades vinculadas à agenda da primeira infância. Entre os temas apresentados estiveram as políticas municipais e estaduais, a atuação do UNICEF, o fortalecimento dos Planos Municipais pela Primeira Infância e iniciativas de cuidado, educação e proteção.

Foi destacada a experiência do Recife como território de articulação de políticas para a primeira infância, incluindo ações relacionadas à ampliação de vagas em creches, espaços públicos, cuidado, desenvolvimento infantil e iniciativas de apoio às famílias.

Também foram apresentadas iniciativas do UNICEF, com destaque para o Selo UNICEF, o apoio à elaboração e implementação de Planos Municipais pela Primeira Infância, ações relacionadas à participação das crianças e o fortalecimento de políticas intersetoriais.

3. Reconhecimentos e homenagens

Durante a Assembleia Geral Ordinária da RNPI foram realizados momentos de reconhecimento a pessoas, instituições e fundações parceiras que contribuíram para a atuação da RNPI. As manifestações destacaram o apoio técnico, institucional e financeiro, bem como a colaboração na construção de políticas públicas e estratégias de incidência em defesa da primeira infância.

- Reconhecimento à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal pelo apoio e pela atuação na agenda da primeira infância.
- Reconhecimento a instituições parceiras e organizações que contribuíram para a sustentabilidade e o desenvolvimento das ações da Rede.
- Homenagem a Luciana Lima, pela atuação na Secretaria da Primeira Infância do Recife e pelo apoio às ações da RNPI.
- Homenagem a Vital Didonet, reconhecendo sua trajetória e contribuição histórica para a defesa dos direitos das crianças e para a construção da Rede.

As homenagens foram apresentadas como expressão de gratidão pelo trabalho coletivo e pela compreensão de que a construção da Rede



depende da participação articulada de suas organizações, parceiros e colaboradores.

4. Mesa 1 – Avanços nas políticas públicas de primeira infância

Foi apresentado documento produzido no âmbito do Diálogo Interamericano sobre os avanços das políticas públicas de primeira infância. A exposição contextualizou a trajetória dessas políticas e buscou demonstrar sua evolução, desafios e impactos no período recente, sem desconsiderar que muitas das políticas analisadas possuem trajetória anterior.

A apresentação ressaltou que a análise das políticas públicas não deve se limitar ao Governo Federal. Estados e municípios exercem papel fundamental na implementação das políticas e na concretização dos direitos das crianças nos territórios.

Como perspectiva para o próximo ciclo, foi defendida a produção de análises e relatórios territoriais capazes de registrar os avanços das políticas de primeira infância nos estados e municípios, fortalecendo a capacidade de incidência das Redes Estaduais de Primeira Infância.

5. Apresentação das instituições parceiras

As instituições parceiras apresentaram suas estratégias e ações relacionadas à primeira infância, ressaltando a importância da atuação conjunta entre organizações da sociedade civil, poder público, fundações, universidades e demais atores.

5.1. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Foi apresentada a estratégia de atuação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com destaque para a agenda da primeira infância, a busca pela efetivação dos direitos das crianças e a necessidade de articulação entre diferentes setores para ampliar o alcance das políticas.

5.2. Fundação Van Leer

A apresentação destacou a centralidade dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano e a importância de trabalhar simultaneamente com governos, organizações da sociedade civil e setor privado. Foram mencionadas ações relacionadas ao Urban95, aos planos municipais e à criação de condições para que políticas e serviços produzam efeitos concretos na vida das crianças e das famílias.

5.3. United Way Brasil e demais parceiros

As manifestações reforçaram a disposição das instituições parceiras em permanecer articuladas com a RNPI, especialmente no apoio às políticas



municipais, ao fortalecimento das redes territoriais e à construção de estratégias comuns para os próximos anos.

6. Mesa 2 – Visão de futuro da RNPI

A segunda mesa foi dedicada à reflexão sobre o futuro da Rede Nacional Primeira Infância. O debate partiu de perguntas sobre o que aproximou as organizações da RNPI, quais elementos permanecem como força da Rede e quais mudanças são necessárias diante dos novos desafios.

Entre os principais elementos identificados estiveram o fazer compartilhado, a diversidade das organizações, a articulação entre redes, a conexão entre o nacional e o local, a incidência política, a construção de marcos legais e políticas intersetoriais, a disseminação de conhecimento e a possibilidade de desenvolver ações conjuntas e escaláveis.

Também foram apontados desafios relacionados à governança, sustentabilidade financeira, participação efetiva das organizações, comunicação, coesão institucional, definição de papéis e necessidade de melhor aproveitamento das competências e potencialidades de cada organização integrante.

Como perspectiva, foi indicada a continuidade do processo de reflexão sobre a estrutura da Rede, com construção coletiva de novos rumos, revisão de aspectos de governança e financiamento e elaboração de uma visão de médio e longo prazo.

6.1. Encaminhamento sobre a revisão da estrutura da Rede

As discussões apontaram que o tema deveria continuar sendo trabalhado pela próxima gestão. Foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho, com participação de organizações da Secretaria Executiva, do Grupo Diretivo e de outras instituições interessadas, para aprofundar a revisão da governança, sustentabilidade e estrutura geral da Rede.

Registrou-se o entendimento de que não se tratava de aprovar imediatamente uma proposta definitiva, mas de garantir a continuidade do processo de discussão e sistematização para apresentação em futura Assembleia.

7. Atuação das Comissões Temáticas

A Assembleia apresentou as ações desenvolvidas pelas Comissões Temáticas, destacando a importância dessas instâncias como espaços permanentes de incidência política, produção de conhecimento, articulação institucional e acompanhamento das políticas públicas.



7.1. Comissão Temática Criança com Saúde

A Comissão apresentou sua origem como Grupo de Trabalho e sua consolidação como Comissão Temática. Foram destacadas como prioridades os primeiros mil dias de vida e a atenção a populações específicas, incluindo povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e crianças com deficiência.

Entre os temas trabalhados estiveram saúde mental, cuidado psicossocial, atenção primária, saúde na escola, aleitamento materno, alimentação e nutrição infantil, além da integração entre órgãos e políticas públicas. Foram realizadas reuniões com atores do Poder Executivo e ações de articulação para acompanhar demandas relacionadas à saúde da primeira infância.

7.2. Comissão Temática Proteção às Infâncias e Prevenção às Violências

A Comissão apresentou sua transformação de Grupo de Trabalho em Comissão Temática permanente, considerando que a prevenção das violências contra crianças exige atuação continuada.

Foi destacado como produto relevante a elaboração de documento e nota pública sobre proteção e prevenção das violências, além do levantamento de boas práticas e da articulação com diferentes ministérios e organizações. A Comissão também reforçou a necessidade de incorporar a prevenção das violências de forma transversal às ações finalísticas do Plano Nacional pela Primeira Infância.

7.3. Comissão Temática Direitos das Crianças e Poder Legislativo

A referida comissão fez uma narrativa sobre o acompanhamento de proposições legislativas que impactam direta ou indiretamente os direitos das crianças. O trabalho envolve seleção de projetos relevantes, circulação de informações entre as organizações da Rede, articulação com parlamentares e apresentação de argumentos técnicos para subsidiar debates legislativos.

Foram mencionados temas relacionados ao ambiente digital, direito ao brincar, proteção contra violências, legislação ambiental, água e ar de qualidade, alimentação, aleitamento materno e outras matérias que podem produzir efeitos sobre os direitos das crianças.

A atuação da Comissão combina estratégias coletivas da Rede com a participação individualizada de organizações que acompanham áreas específicas do Congresso Nacional.



7.4. Comissão Temática PEPI/PMPI

A Comissão destacou o trabalho de disseminação e apoio à elaboração e implementação dos Planos Municipais e Estaduais pela Primeira Infância, buscando sua harmonização com as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância.

Foram registradas ações de mobilização, seminários técnicos, produção de materiais e fortalecimento do diálogo com municípios. Entre os temas destacados estiveram participação infantil, comunicação, estrutura dos planos, orçamento, execução, monitoramento e avaliação.

A Comissão ressaltou ainda a necessidade de ampliar a incidência sobre os orçamentos públicos e fortalecer a articulação com os executivos e legislativos municipais.

8. Redes Estaduais Primeira Infância – REPIs

A Assembleia registrou o processo de expansão e fortalecimento das Redes Estaduais de Primeira Infância. Foram apresentadas experiências de articulação nos estados, incluindo mobilização de municípios, realização de seminários, participação em agendas eleitorais e construção de planos estaduais e municipais.

A atuação das REPIs foi apresentada como estratégia essencial para aproximar a incidência nacional das realidades locais, fortalecer capacidades e ampliar a implementação das políticas públicas.

Também foram relatados esforços para criação e reestruturação de Redes Estaduais, com registro de que a RNPI alcançava 16 (dezesseis) REPIs e estava em processo de criação de uma nova Rede Estadual.

9. Campanha Criança é Prioridade e incidência política

A Assembleia registrou a participação da RNPI na Campanha Criança é Prioridade e em articulações relacionadas à Agenda 227. Foram relatadas mobilizações junto a municípios e candidatos, buscando inserir a primeira infância como prioridade nas agendas dos governos e legislativos.

A estratégia foi apresentada como parte do esforço permanente de incidência política da Rede, especialmente em períodos de transição e renovação dos governos municipais.

10. Relatório de Gestão – Secretaria Executiva (2022-2024)

Foi apresentado o relatório de gestão referente ao período da Secretaria Executiva, reunindo ações de articulação, incidência política,



comunicação, reuniões, participação em eventos, acompanhamento das Comissões Temáticas, fortalecimento das REPIs e atividades desenvolvidas em conjunto com organizações parceiras.

O relatório foi disponibilizado às organizações da Rede e apresentou as ações realizadas, resultados alcançados, desafios, obstáculos e lições aprendidas. Também foram registradas diversas reuniões e atividades realizadas ao longo de 2024, envolvendo o Grupo Diretivo, o Grupo de Transição, Comissões Temáticas, instituições parceiras e Redes Estaduais.

11. Relatório Financeiro

Foi apresentado o demonstrativo financeiro da Secretaria Executiva, com detalhamento dos recursos recebidos, saldos, despesas realizadas e recursos ainda disponíveis, observando-se a destinação específica dos recursos conforme os respectivos instrumentos de parceria.

A apresentação incluiu informações sobre recursos provenientes de instituições parceiras, contratos e ações vinculadas ao plano tático da Rede, bem como comprovantes e documentos de apoio. Foi enfatizada a necessidade de transparência e rastreabilidade na aplicação dos recursos.

A documentação financeira foi apresentada à Assembleia Geral Ordinária da RNPI para conhecimento e apreciação, sendo também discutida a necessidade de aperfeiçoar o modelo de apresentação dos relatórios e o fluxo de análise e prestação de contas.

12. Alterações e revisão do Regimento Interno

A Assembleia Geral Ordinária da RNPI retomou a discussão sobre o Regimento Interno e seus dispositivos relacionados às competências da Assembleia Geral, do Grupo Diretivo, da Secretaria Executiva e aos processos eleitorais.

Entre os pontos debatidos esteve a diferenciação entre a competência de aprovar o plano de ação e os relatórios de atividades e a competência de apreciar os demonstrativos financeiros, considerando a responsabilidade dos órgãos fiscais das organizações integrantes da Rede.

Também foram discutidos aspectos relacionados à governança colegiada, processos de transição, prazos, recursos e procedimentos de eleição. O debate buscou adequar o funcionamento da Rede às necessidades atuais e fortalecer a clareza das responsabilidades de cada instância.

13. Processo eleitoral e renovação do Grupo Diretivo



Foi realizado processo eleitoral para renovação de cinco vagas do Grupo Diretivo. Foram apresentadas as organizações candidatas, com espaço para defesa das candidaturas, esclarecimentos sobre representação e regras de votação.

Durante o processo, foram esclarecidos critérios de participação e representação das organizações membros e das Redes Estaduais, bem como procedimentos para votação eletrônica.

Ao final, a votação foi encerrada e foram anunciadas as organizações eleitas para compor o novo Grupo Diretivo: ANDI (Comunicação e Direitos), Instituto Avisa Lá (Formação Continuada de Educadores), UFAL (Universidade Federal de Alagoas), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), iniciando-se uma nova etapa da governança da RNPI.

14. Transição da Secretaria Executiva

Um dos momentos centrais da Assembleia foi a passagem da Secretaria Executiva da gestão que se encerrava (UNCME-PE) para a nova gestão, representada pelo CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular.

A organização candidata apresentou sua trajetória, sua experiência em comunicação e educação popular e sua disposição para assumir a responsabilidade de conduzir a Secretaria Executiva da RNPI.

A transição foi apresentada como continuidade de uma construção coletiva, com reconhecimento ao trabalho realizado pela gestão anterior e expectativa de fortalecimento da Rede na nova etapa.

A gestão da SE/RNPI - UNCME-PE se despede destacando o sentimento de dever cumprido, agradecendo às organizações, às Comissões Temáticas, às REPIs, ao Grupo Diretivo, às instituições parceiras e à equipe técnica que contribuíram para o trabalho desenvolvido.

A nova gestão recebeu votos de sucesso, serenidade, compromisso e capacidade de articulação para enfrentar os desafios futuros, mantendo como eixo a defesa dos direitos das crianças e a incidência por políticas públicas de primeira infância.

15. Principais encaminhamentos

- Dar continuidade à revisão da estrutura, governança e sustentabilidade da RNPI.
- Avaliar a constituição de Grupo de Trabalho para aprofundar a discussão



sobre governança e organização da Rede.

- Apoiar o fortalecimento e a expansão das Redes Estaduais Primeira Infância.
- Ampliar a articulação com municípios e estados para elaboração, implementação, monitoramento e financiamento dos Planos pela Primeira Infância.
- Fortalecer a incidência política junto aos Poderes Executivo e Legislativo.
- Dar continuidade às ações das Comissões Temáticas, reconhecendo seu caráter permanente nas agendas de incidência e produção de conhecimento.
- Aprimorar os procedimentos de elaboração, análise e apresentação dos relatórios de gestão e financeiros.
- Manter a articulação com organizações parceiras e instituições apoiadoras da agenda da primeira infância.
- Dar continuidade às ações da Campanha Criança é Prioridade e às articulações relacionadas à Agenda 227.
- Fortalecer a comunicação e a visibilidade da RNPI, ampliando o alcance de suas ações e produções.
- Prosseguir com a transição da Secretaria Executiva e a integração da nova gestão ao conjunto de organizações e instâncias da Rede.
- Criar um Grupo de Trabalho, com participação de organizações da Secretaria Executiva, do Grupo Diretivo e de outras instituições interessadas, para aprofundar a revisão da governança, sustentabilidade e estrutura geral da Rede.

16. Considerações finais

A Assembleia Geral Ordinária Híbrida de 2024 evidenciou a maturidade e a amplitude da Rede Nacional Primeira Infância, reunindo organizações com diferentes trajetórias e áreas de atuação em torno da defesa dos direitos das crianças.

Os debates demonstraram que os avanços alcançados pela Rede convivem com desafios relacionados à governança, sustentabilidade, participação, incidência política e capacidade de transformar marcos legais e políticas nacionais em resultados concretos nos territórios.

A transição da Secretaria Executiva e a renovação do Grupo Diretivo foram compreendidas como parte do processo democrático de



REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA

continuidade e renovação da RNPI. Ao mesmo tempo, reafirmou-se a importância de preservar a memória institucional, os aprendizados acumulados e o compromisso histórico com a primeira infância.

A Assembleia Geral Ordinária foi encerrada com agradecimentos às organizações, pessoas, equipes, intérpretes, parceiros e demais participantes, reafirmando que a defesa da primeira infância exige mobilização contínua, articulação institucional e compromisso coletivo.

Avante, RNPI!!!